

NEWSLETTER DIGESTO N.º 5/2019

Disponibilização: 11 de março de 2019

Período abrangido: 25 de fevereiro a 8 de março de 2019



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Agricultura
2. Cultura
3. Economia
 - Empreendedorismo
 - Energia
 - Transportes
4. Educação e Ensino Superior
5. Eleições
6. Finanças
 - Sistema Financeiro
7. Justiça
 - Justiça Constitucional
8. Mar
9. Órgãos de Soberania
 - Governo
10. Poder Local
11. Saúde
12. Trabalho

Transposição de Diretivas

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. AGRICULTURA

[Portaria n.º 72-D/2019, de 6 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime de aplicação do apoio 6.2.1, «Prevenção de calamidades e catástrofes naturais», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Portaria n.º 73/2019, de 7 de março](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Regulamenta o procedimento relativo à atribuição do título de reconhecimento do Estatuto da Agricultura Familiar, consagrado pelo Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto, e adiante designado Estatuto, e as condições da sua manutenção.

2. CULTURA

[Lei n.º 22/2019, de 26 de fevereiro](#)

(Assembleia da República)

Estabelece o regime do profissional de bailado clássico ou contemporâneo e altera (terceira alteração) a Lei n.º 4/2008, de 7 de fevereiro, que aprova o regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espetáculos.

[Portaria n.º 71-A/2019, de 28 de fevereiro](#)

(Cultura)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 302/2017, de 16 de outubro, que estabelece as normas relativas à composição e funcionamento das comissões de apreciação e das comissões de avaliação previstas no regime jurídico de atribuição de apoios financeiros do Estado às artes.

[Portaria n.º 71-B/2019, de 28 de fevereiro](#)
(Cultura)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 301/2017, de 16 de outubro, que regula as normas aplicáveis à atribuição pelo Estado, através da Direção-Geral das Artes (DGARTES), dos apoios financeiros no âmbito dos programas de apoio às artes.

3. ECONOMIA

- EMPREENDEDORISMO

[Decreto-Lei n.º 33/2019, de 4 de março](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece as regras aplicáveis à Startup Portugal - Associação Portuguesa para a promoção do Empreendedorismo.

- ENERGIA

[Portaria n.º 74/2019, de 8 de março](#)

(Finanças, Adjunto e Economia, Infraestruturas e Habitação, Ambiente e Transição Energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece os procedimentos para o reconhecimento como pequeno produtor dedicado de biocombustível (PPD) e atribuição da quantidade de biocombustíveis beneficiária de isenção de imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) e respetivo valor, em concretização do n.º 4 do artigo 90.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC), na sua redação atual.

- TRANSPORTES

[Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro](#)
(Assembleia da República)

Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (UE) 2016/681 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e procede à terceira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna.

4. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Decreto-Lei n.º 30/2019, de 26 de fevereiro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o plano de intervenção para a requalificação e construção de residências de estudantes.

[Portaria n.º 69/2019, de 26 de fevereiro](#)
(Educação)

Regulamenta as modalidades educativas de ensino individual e de ensino doméstico previstas, respetivamente, nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

5. ELEIÇÕES

[Mapa n.º 1-A/2019, de 1 de março](#)
(Administração Interna - Secretaria-Geral)

Publica o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, apurados de acordo com as circunscrições de recenseamento.

6. FINANÇAS

- SISTEMA FINANCEIRO

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 1/2019-R, de 25 de fevereiro](#)
(Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

Altera as condições gerais uniformes e as condições especiais uniformes do seguro de colheitas horizontal para Portugal continental, aprovadas pela Norma Regulamentar n.º 4/2018-R, de 19 de abril.

7. JUSTIÇA

- JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 74/2019, de 7 de março](#)
(Tribunal Constitucional)

Declara inconstitucional, com força obrigatória geral, a norma do artigo 67.º, n.º 5, dos Estatutos da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 126/2014, de 22 de agosto, no sentido em que determina que o recurso de impugnação das decisões finais condenatórias da ERS, que imponham uma coima, tem, por regra, efeito meramente devolutivo, ficando a atribuição de efeito suspensivo sujeita à prestação de caução e alegação de prejuízo considerável, para o recorrente, decorrente da execução da decisão.

8. MAR

[Portaria n.º 72-B/2019, de 4 de março](#)
(Finanças e Mar)

Define os termos da redução do quantitativo da matéria coletável previsto no n.º 1 do artigo 5.º do anexo ao Decreto-Lei n.º 92/2018, de 13 de novembro, que institui um regime especial de determinação da matéria coletável com base na tonelagem dos navios e embarcações, um regime fiscal e contributivo aplicável aos tripulantes e um registo de navios e embarcações simplificado.

9. ÓRGÃOS DE SOBERANIA

- GOVERNO

[Decreto-Lei n.º 31/2019, de 1 de março](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (quinta alteração) a orgânica do XXI Governo Constitucional.

10. PODER LOCAL

[Decreto-Lei n.º 32/2019, de 4 de março](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Alarga a competência dos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade.

11. SAÚDE

[Portaria n.º 71/2019, de 28 de fevereiro](#)

(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Fixa os valores do complemento extraordinário para pensões de mínimos de invalidez e velhice do sistema de segurança social.

[Aviso n.º 9/2019, de 28 de fevereiro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Comunica a celebração do Acordo Administrativo relativo à aplicação da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República da Índia.

[Portaria n.º 72-A/2019, de 1 de março](#)

(Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 17/2019, de 15 de janeiro, que fixa os preços a praticar nas unidades de internamento e de ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

12. TRABALHO

[Portaria n.º 70/2019, de 27 de fevereiro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 131/2017, de 7 de abril, que regula a criação da medida de Estágios Profissionais.

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

[Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro](#)
(Assembleia da República)

Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (UE) 2016/681 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e procede à terceira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigado pela sua sugestão